

# Notas e Resenhas

## DAS POLÍTICAS DA CANA-DE-AÇÚCARE DO ÁLCOOL

**GEOGRAFIA, Rio Claro, 27(1): 137-138, abril 2002**

A agricultura brasileira sempre foi marcada por políticas direcionadas para a produção. Sabe-se que a questão agrária brasileira é resultado desta deficiência. A grande monocultura canavieira marcou a história, não só do nosso setor agropecuário, mas do Brasil como um todo. Sua localização no Nordeste marcou uma fase importante de nossa história e já foi registrada em vários trabalhos sobre o assunto. Da produção à organização das terras canavieiras, da ocupação às relações de trabalho, do mercado às crises econômicas, a história da cultura canavieira ganhou páginas e páginas.

Como fonte de indagações e pesquisas desenvolvidas por longo período, as facetas política e econômica da produção canavieira foi escolhida para compor o livro de Sílvio Bray, Enéas Ferreira e Davi Ruas<sup>1</sup>. A contribuição, agora disponibilizada, permite ao leitor um vôo pela legislação e o papel do Estado na implementação de políticas voltadas à agroindústria canavieira e Proálcool no Brasil.

Do Brasil à São Paulo, os autores proporcionam àqueles interessados na temática aspectos analíticos diferenciados. Procurando contribuir com os estudos sobre as políticas açucareiras e alcooleiras destacando seus reflexos espaciais nas áreas produtoras do país, Bray, Ferreira e Ruas, revêem a história da cultura no século XX, destacando a participação do Estado brasileiro, a partir da década de 30 daquele século.

Com um detalhamento e descrição da legislação referente às políticas açucareiras e alcooleiras, a primeira parte do trabalho analisa a produção brasileira de açúcar em diferentes safras e Estados. As unidades produtoras como usinas e destilarias também são objetos de análise. O contexto do deslocamento da produção canavieira do Nordeste para o Centro-Sul bem como o processo de renovação dos canaviais em São Paulo e Rio de Janeiro é apontado como responsável pelo aumento da produção e conseqüente desenvolvimento da cultura no Estado de São Paulo.

Rico em informações estatísticas e ilustrações sobre a distribuição da cultura canavieira no Brasil e, em particular no Estado de São Paulo, o trabalho encaminha-se de forma a ser uma referência quanto à legislação e políticas específicas para o setor.

Tratando da década de 50, os autores marcam o período como o de intenso crescimento da cultura e ampliação da agroindústria açucareira-alcooleira no país. Tal fato deve-se ao aumento do mercado interno, conseqüência da urbanização do país e do crescimento do setor que ampliou sua capacidade produtiva, com a modernização das usinas.

Destacando o papel das ações estatais através do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), o mercado externo é estudado, tendo este órgão desempenhado a função de buscar novas vinculações com o mercado mundial. Tal ação visava escoar o excedente produzido pelo Nordeste, sendo que o mercado interno era abastecido pela produção do Centro-Sul.

Enfatizando a presença do Estado como fator fundamental do processo de crescimento do país, os autores estudam as diferentes fases da ação estatal na produção canavieira e apontam como ator principal do processo o IAA, que foi um órgão de fomento econômico, jurídico-institucional-assistencial (Estatuto da Lavoura Canavieira) e tecnológico.

<sup>1</sup> BRAY, Sílvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000, 104 p.

Na fase tecnológica e modernizadora de avanço da cultura canavieira, o PROÁLCOOL é criado como um programa federal, mais uma ação estatal no setor e que objetivou a ampliação e obtenção do álcool como substituto da gasolina. Em suas diferentes fases, descritas por Bray, Ferreira e Ruas, o PROÁLCOOL, ganhou uma parte especial no livro, que descreve todo o desenvolvimento do programa e sua ação efetiva no aumento da produção.

Ao Estado de São Paulo coube o título de principal centro açucareiro e alcooleiro nacional, título também do último capítulo do livro. A ampliação das áreas produtoras, principalmente as do oeste do Estado, bem como as políticas agrícolas e agroindustriais de responsabilidade estatal. O PROÁLCOOL e outros planos e programas específicos para o setor, fizeram a produção crescer no Estado, bem como a concentração das terras e da renda, trazendo problemas aos centros urbanos ligados à cultura.

Nas considerações finais, os autores apontam que após a fase da produção alcooleira, a produção do açúcar voltou a ser a melhor saída para a agroindústria do setor. As destilarias autônomas transformaram-se em usinas de açúcar e álcool e o setor automobilístico, principal interessado na produção do álcool, deixaram de ser aliados, ganhando destaque os ecologistas que defendem o carro a álcool, mas são contrários as queimadas.

Neste cenário de impasses a cultura canavieira continua construindo sua história, sempre acompanhada pela interferência estatal, como bem mostraram os autores do livro “As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil”. A história desta cultura está descrita nesse trabalho que, sem dúvida, é referência nos estudos sobre a cana-de-açúcar.

### **DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA**

(Professora Assistente Doutora do Depto. de Antropologia, Política e Filosofia - FCL-UNESP/Campus de Araraquara.)

## **“ESTATUTO DA CIDADE: POLÍTICA URBANA E CIDADANIA”<sup>1</sup>**

**GEOGRAFIA, Rio Claro, 27(1): 138-139, abril 2002**

O livro “O Estatuto da Cidade” é resultante de um Seminário realizado em 24 de novembro de 2000 (antes da aprovação do Estatuto), no Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento do IGCE, UNESP Rio Claro – SP. Cabe ressaltar que o Estatuto da Cidade foi aprovado em 18/06/2001 e sancionado em 10/07/2001.

Este livro retoma de forma eficaz a discussão da instrumentalização legal do desenvolvimento da gestão urbana iniciada em 1983 e faz isso através da contribuição de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento dando-lhe um caráter transdisciplinar. Desse modo, as reflexões se desenvolvem com diferentes recortes temáticos e diversas abordagens metodológicas o que confere a esta obra uma visão ampla e integradora do Desenvolvimento Urbano. Grupados em seis seções os textos entrosam-se por incorporarem como questões centrais os fenômenos sócio-ambientais das cidades brasileiras na atualidade.

O leitor começa então, na primeira parte a se inserir na temática do Estatuto da Cidade através de algumas observações colocadas por José Roberto Fernandes Castilho, o qual através de uma retrospectiva histórica discute os principais projetos que antecederam o Estatuto fazendo uma crítica bem ponderada, destacando seus pontos positivos e negativos. E ao final suas observações acabam alertando o leitor: “É certo que, uma vez promulgada a lei, ela dará origem a interpretações e comentários de diversas ordens, positivos

<sup>1</sup> BRAGA, R. e CARVALHO, P. F. (org.). **Estatuto da cidade: política urbana e cidadania**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal/Deplan/UNESP, IGCE. 2000, p. 114.